

Plano de promoção da Acessibilidade e dos direitos das Pessoas com Deficiência



Plano de promoção da Acessibilidade e dos direitos das Pessoas com Deficiência na Faculdade Metropolitana da Amazônia

Autores:

NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE

Ismael Fernando de Carvalho Fatarelli – Presidente, representante das coordenações e professores da área da saúde.

Luis Anísio Camarão Chaves – representante da direção geral.

Carlos Roberto Fecury Ferreira – representante do corpo administrativo.

Fabiana Ribeiro Pimentel – representante do núcleo acadêmico.

Tacimar Sarmiento Vieira – representante da comunidade discente e pessoas portadores de deficiência.

Gabriela de Cássia Moreira Abreu Ferreira - representante do núcleo jurídico.

Ligia Maia Carneiro – representante da sociedade civil.

Albene Liz Carvalho Monteiro Both – ADI/FAMAZ – Assessora Técnica.

Alexandre de Andrade Brandão Soares – Engenheiro Civil - – Assessor Técnico.

Edilane Lourenço da Costa – CPA/FAMAZ – Assessora Técnica.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	08
2. CONTEXTO HISTÓRICO	10
3. MARCOS LEGAIS, POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS	13
4. O DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA À EDUCAÇÃO SUPERIOR	16
5. QUEM SÃO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?	20
6. DESAFIOS, METAS E AÇÕES PROPOSTAS PELA COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE DA FAMAZ	21
6.1 DIMENSÃO I: DIAGNOSE/CENSO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA	21
6.2 DIMENSÃO II: READEQUAÇÃO DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS E ACESSIBILIDADE À DOCUMENTAÇÃO	22
6.2.1 Meta 1. Inserção da inclusão nos processos de planejamento e desenvolvimento institucional nos aspectos relacionados à dimensão II.	23
6.2.2 Meta 2. Acessibilidade à documentação institucional.	23
6.2.2.1 Manipulação da documentação impressa em papel	24
6.2.2.1.1 Acessibilidade para pessoas com deficiência motora	24
6.2.2.1.2 Acessibilidade para pessoas com baixa visão	25
6.2.2.1.3 Acessibilidade para pessoas cegas	26
6.2.2.2 A Acessibilidade à documentação em formato digital	28
6.2.2.3 Acessibilidade dos conteúdos na Internet e Intranet	28
6.3 DIMENSÃO III: ASPECTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS	31
6.3.1 Meta 1: Inserção da Inclusão nos processos de Planejamento e Desenvolvimento Institucional nos aspectos relacionados à dimensão III.	31
6.3.2 Meta 2. Implantação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e das salas de recursos multifuncionais.	31
6.3.3 Meta 3. Formação e Capacitação de Profissionais da educação para a inclusão.	34
6.3.4 Meta 4. Adaptação dos Procedimentos metodológicos e	35

práticas avaliativas nas turmas regulares.	
6.3.5 Meta 5. Promoção de ações que favoreçam a permanência enquanto efetividade da acessibilidade na FAMAZ.	36
6.4 DIMENSÃO IV: INFRAESTRUTURA FÍSICA	37
6.4.1 Meta 1. Identificação e proposição de modificações em rampas, acessos e escadas	38
6.4.1.1 Rampa principal do Bloco I da FAMAZ	40
6.4.1.2 Rampa posterior do Bloco I da FAMAZ	41
6.4.1.3 Desníveis na entrada principal do Bloco I	43
6.4.1.4 Escadas e Elevadores	44
6.4.1.5 Elevadores	47
6.4.2 Meta 2. Identificação de dificuldades e proposição de Modificações em portões de recepção e mobiliário de espera	49
6.4.2.1 Portões de recepção e mobiliário de espera	49
6.4.3 Meta 3. (Re)adequação do espaço físico da Biblioteca para a acessibilidade	51
6.4.4 Meta 4. (Re)adequação do espaço físico dos laboratórios para a acessibilidade	53
6.4.5 Meta 5. (Re)adequação do espaço físico das salas de aulas para a acessibilidade	57
6.4.6 Meta 6. (Re)adequação do espaço físico dos banheiros para a acessibilidade	59
6.4.6.1 Outras dificuldades verificadas nos banheiros	62
6.4.7 Meta 7. (Re)adequação do espaço físico do auditório para a Acessibilidade	63
REFERÊNCIAS CONSULTADAS	66

1. INTRODUÇÃO

O presente documento objetiva orientar a institucionalização do “**Plano de Promoção da Acessibilidade e dos direitos das pessoas com deficiência na Faculdade Metropolitana da Amazônia**”, fundamentado nos princípios e diretrizes contidos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) e nos Decretos nº. 186/2008, 6.949/2009, 5.296/2004, 5.626/2005 e 7.611/2011.

Com base na proposta de política educacional para o ensino superior, o governo federal, por meio de legislação específica – Portaria nº 1.679/99 – determinou a oferta de condições adequadas para o acesso das pessoas com deficiência e apresentou, pela primeira vez, o termo acessibilidade direcionada aos universitários com deficiência.

O capítulo quarto da Lei nº 10.098, de 23 de março de 1994, dispõe que locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de lugares específicos, de acordo com as normas previstas a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), reservados a cadeirantes e pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de modo a lhes facilitar as condições de acesso, de circulação e de comunicação.

A Norma Brasileira ABNT NBR 9050, de 30 de junho de 2004, intitulada “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos” (ABNT, 2004), disciplina o assunto.

Desta forma, no período de **Outubro de 2013 a Abril de 2014**, o Núcleo de Acessibilidade da FAMAZ esteve trabalhando intensamente, por meio de reuniões sistemáticas, com ampla representatividade da comunidade acadêmica (e externa), na formulação de estratégias para identificação das dificuldades e proposição de alternativas relacionadas aos aspectos de *Diagnose/Censo de estudantes com deficiência; Readequação dos documentos institucionais e acessibilidade à documentação;* aspectos *Didático-pedagógicos e Infraestrutura física*, as quais culminaram na elaboração do “**Plano de Promoção da Acessibilidade e dos direitos das pessoas com deficiência na Faculdade Metropolitana da Amazônia**” que

tem por objetivo assegurar a aplicação, na FAMAZ, das políticas públicas voltadas aos portadores de deficiência.

Considerou-se, portanto, que a FAMAZ, por ser uma Faculdade aberta e diversa, deverá estar adequadamente preparada para receber pessoas (entre docentes, discentes, técnico-administrativos e visitantes) com deficiência, em conformidade com a legislação específica.

Ao serem respeitados os múltiplos olhares sobre o outro, o olhar do outro sobre nós e do outro sobre os outros, poderemos atingir o estágio em que não haja mais exclusão ou no qual não se necessite incluir.

Julgamos que este novo tempo que propomos e queremos, prevê, também, a urgente construção de uma nova ética, advinda de consciência, que seja individual, social, planetária e que, sobretudo, fomenta a transformação da estrutura educacional a fim de assegurar as condições de acesso, participação e aprendizagem de todos os estudantes, concebendo a escola como um espaço que reconhece e valoriza as diferenças.

2. CONTEXTO HISTÓRICO

Em meados do século XX, surge, em nível mundial, a defesa da percepção de uma sociedade inclusiva. No decorrer desse período histórico, fortalece-se a crítica à categorização e segregação de estudantes em ambientes especiais e o questionamento dos modelos homogeneizadores de ensino e aprendizagem, geradores de exclusão nos espaços escolares.

Visando enfrentar esse desafio e construir projetos capazes de superar os processos históricos de exclusão, a Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida em 1990, destaca os altos índices de crianças, adolescentes e jovens com deficiência e sem escolarização, no sentido de promover as transformações nos sistemas de ensino para assegurar o acesso e a permanência de todos na escola a partir de diretrizes que reforçam a necessidade de elaboração e implementação de ações voltadas à universalização do acesso educacional no âmbito do ensino fundamental, médio e superior, a oferta da educação infantil nas redes públicas de ensino, a estruturação do atendimento às demandas de alfabetização e da modalidade de educação de jovens e adultos, além da construção da gestão democrática da escola.

O movimento político para o alcance das metas de educação para todos culminou, em 1994, com a realização da Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, evento no qual foi aprofundada a discussão e problematizados os aspectos acerca da escola não acessível a todos os estudantes.

A reflexão das práticas educacionais que resultam em desigualdade social foi abordada na linha de ação “Necessidades Educativas Especiais”, da Declaração de Salamanca, que proclama que as escolas representam o meio mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias e que são espaços que:

Devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de

outros grupos e zonas desfavorecidos ou marginalizados (BRASIL, 1997, p. 17 e 18).

Ao afirmar que todos se beneficiam quando os espaços educacionais promovem respostas às diferenças individuais de estudantes, o paradigma da inclusão foi força motriz de diversos movimentos que buscavam repensar o território escolar e a identificação das diferentes formas de exclusão, geracional, territorial, étnico racial, de gênero, dentre outras, e motivou as mudanças ocorridas nas políticas públicas em especial as que passariam a tratar o tema da inclusão.

Desde então, essa perspectiva conduz o debate sobre os rumos da educação especial, tornando-se fundamental para a construção de políticas de formação docente, financiamento e gestão.

Paradoxalmente ao crescente movimento mundial pela inclusão, em 1994, o Brasil publica o documento “Política Nacional de Educação Especial”, alicerçado no paradigma integracionista, fundamentado no princípio da normalização, com foco no modelo clínico de deficiência, atribuindo às características físicas, intelectuais ou sensoriais de estudantes, caráter incapacitante que se constitui em impedimento para sua inclusão educacional e social.

Ao invés de promover a mudança de concepção e favorecer aos avanços da inclusão escolar essa política evidenciou fragilidades frente aos desafios inerentes à construção do novo paradigma educacional ao conservar o modelo de organização e classificação de estudantes. Estabeleceu, ainda, o antagonismo entre as inovações propostas pela inclusão e o conservadorismo de ações que não conseguem ressignificar a escola comum e mantém a escola especial como mero lugar de acolhimento dos estudantes considerados incapacitados para alcançar os objetivos educacionais estabelecidos.

Nesse contexto, surgem os discursos de resistência à inclusão, reforçados pela ausência de medidas concretas de investimento e a falta de condições pedagógicas e de infraestrutura das escolas, resultando na continuidade das práticas arcaicas que justificam a segregação em razão da deficiência.

Esse posicionamento não reflete as práticas e estratégias transformadoras da formação docente, nem revela os avanços oriundos da implantação de recursos que respondam afirmativamente às demandas dos sistemas de ensino.

Nesse momento as diretrizes educacionais brasileiras respaldam o caráter substitutivo da educação especial, embora expressem a necessidade de atendimento às especificidades apresentadas pelo aluno na escola comum. Tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) quanto a Resolução nº 02 do Conselho Nacional de Educação (2001) denotam ambiguidade quanto à organização da Educação Especial e da escola comum no contexto inclusivo e, ao mesmo tempo em que propõem a matrícula de estudantes público alvo da educação especial nas escolas comuns da rede regular de ensino, mantém a possibilidade do atendimento educacional especializado substitutivo a escolarização.

No início do século XXI, o alto índice de pessoas com deficiência em idade escolar fora da escola e da matrícula de estudantes, público alvo da educação especial, majoritariamente, em escolas e classes especiais levantam a necessidade da maior mobilização e questionamento da estrutura segregadora reproduzida nos sistemas de ensino, bem como da efetivação do sistema educacional inclusivo que, a partir de então, passa, a ser percebido na sua dimensão histórica, como processo de reflexão e prática, que possibilita efetivar mudanças conceituais, político e pedagógicas, coerentes com o propósito de tornar efetivo o direito de todos à educação, preconizado pela Constituição Federal de 1988.

3. MARCOS LEGAIS, POLÍTICOS EPEDAGÓGICOS

Em conformidade com a legislação que assevera o direito da pessoa com deficiência à educação; com a atual política de educação especial e com os referenciais pedagógicos da educação inclusiva, vale mencionar o sentido destes marcos legais, políticos e pedagógicos, bem como, seu reflexo na organização e oferta da educação em todos os níveis e etapas.

Com a finalidade de destacar as condições imprescindíveis para o pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, na educação superior, sublinham-se os principais aspectos da legislação vigente e dos referenciais políticos e pedagógicos educacionais.

Assim, as instituições de educação superior - IES devem assegurar o pleno acesso, em todas as atividades acadêmicas, considerando os seguintes atos normativos em sua cronologia de publicação:

1. A Constituição Federal/88, art. 205, art. 206 e 208 que reconhecem a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;
2. A Lei nº 10.436/2002, que institui a Língua Brasileira de Sinais-Libras;
3. O Decreto nº 3.956/2001, que aprova a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de deficiência;
4. O Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nº. 10.048 e 10.098, constituindo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e, em seu artigo 24, estabelece que as instituições de ensino, de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicas ou privadas, proporcionarão condições de acesso e uso de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios ou outras instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.
5. O Decreto nº. 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e estabelece que os sistemas educacionais devem garantir, obrigatoriamente, o

ensino de LIBRAS em todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiólogos e , optativamente, nos demais cursos de educação superior;

6. O Decreto nº 5.773/2006, que dispõe sobre regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores no sistema federal de ensino;

7. O Decreto nº 6.949/2009, que ratifica, como Emenda Constitucional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis;

8. O Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o programa nacional de assistência estudantil - PNAES;

9. O Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, que prevê a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior e que os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência;

10. A Portaria nº 3.284/2003, que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade às pessoas com deficiência para instruir processo de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições;

11. A Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, referente à proteção dos direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008), que decide a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, tem como papel disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado, complementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis pressupõe a adoção de medidas de apoio específicas para garantir as condições de acessibilidade, necessárias à plena participação e autonomia dos estudantes com deficiência, em ambientes que maximizem seu desenvolvimento acadêmico especial.

"[...] a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos

os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. (ONU,2006)[...]"

As Conferências Nacionais de Educação – CONEB, em 2008 e 2010, referendaram a implantação da política de educação inclusiva, o pleno acesso de estudantes, o público alvo da educação especial no ensino regular, à formação de profissionais da educação para a inclusão, o fortalecimento da oferta do Atendimento Educacional Especializado e a criação de salas de recursos multifuncionais, garantindo a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos.

4. O DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA À EDUCAÇÃO SUPERIOR

Indicadores do Censo da Educação Básica e Superior apontam crescimento constante e ampliação significativa do número de matrícula de pessoas com deficiência na educação superior, em consequência do desenvolvimento inclusivo da educação básica.

O Censo da Educação Básica – MEC/INEP revelou crescimento de 143% de matrículas de estudantes com deficiência entre os anos de 1998 e 2012, já que os números subiram de 337.326 (trezentos mil e trezentos e vinte e seis) para 820.433 (oitocentos e vinte mil, quatrocentos e trinta e três) matrículas, sendo 76% desse último quantitativo realizado em classes comuns do ensino regular.

Na educação superior o crescimento registrado foi ainda maior, de 358%, visto que as matrículas passaram de 5.078 (cinco mil e setenta e oito), em 2003, para 23.250 (vinte e três mil, duzentos e cinquenta), em 2011, sendo que 72% das matrículas de estudantes com deficiência foram feitas em Instituições Privadas de Educação Superior conforme demonstram os gráficos a seguir.

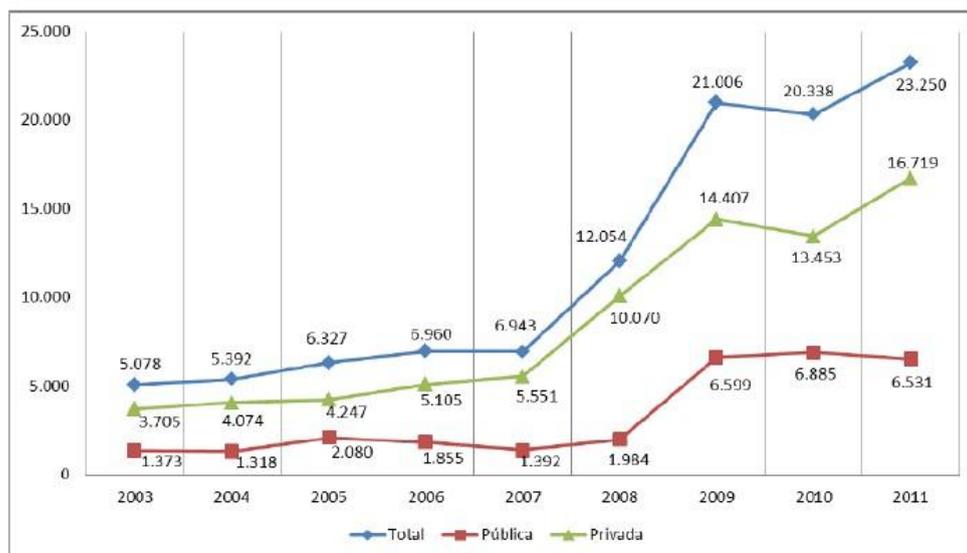


Figura 1. Evolução das matrículas de estudantes público alvo da educação especial na educação básica. Fonte: Censo da Educação Básica e Superior, MEC/INEP, 2013.

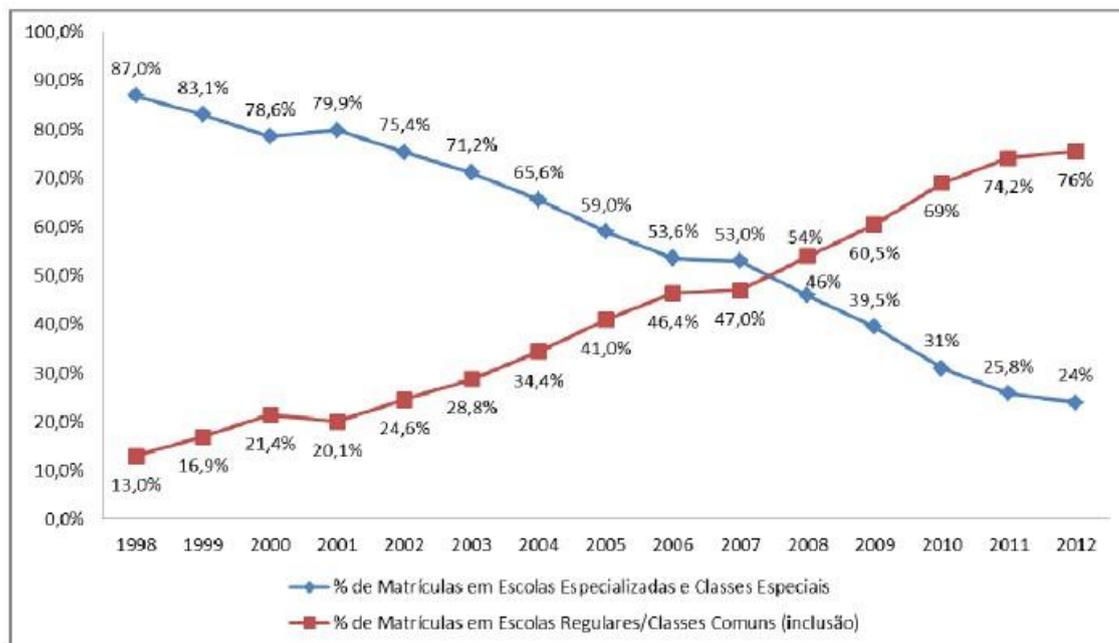


Figura 2. Evolução das matrículas de estudantes com deficiência na educação superior. Fonte: Censo da Educação Básica e Superior, MEC/INEP, 2013.

Este é a prova indiscutível de que a educação brasileira vive um intenso processo de transformação, motivado pela concepção da educação inclusiva, compreendido, muito além do acesso efetivado por meio da matrícula. No passado recente, a principal pauta em debate, focava-se no direito à matrícula, negada com naturalidade, muitas vezes. Hoje, há base legal solidamente construída, que garante o acesso e desnaturaliza a exclusão e, apesar das incontestáveis e eloquentes conquistas, tais avanços significam que ainda há muito a ser feito no sentido de, além de estar, fazer parte do território educacional em suas múltiplas nuances.

O modelo social vigente assevera que pessoas com deficiência têm impedimento de natureza física, sensorial e intelectual que, em interação com as barreiras atitudinais e ambientais, poderão ter obstruída sua participação em condições de igualdade com as demais pessoas. Assim, a deficiência não se constitui como doença ou invalidez e as políticas sociais, destinadas a este grupo populacional, não se restringem às ações de caráter clínico e assistencial.

Percebe-se, então que a inclusão das pessoas com deficiência na educação superior deve assegurar-lhes, além do estar presente, o direito à participação na comunidade com as demais pessoas, iguais oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional, bem como a não restrição de sua participação em determinados ambientes e atividades com base na deficiência. Igualmente, discutida, a condição de deficiência não deve ser pauta prioritária para a definição da área profissional a ser seguida pela pessoa com deficiência. Para a efetivação deste direito, as IES devem disponibilizar serviços e recursos de acessibilidade que promovam a plena participação dos estudantes.

Nessa perspectiva, à gestão da educação superior compete o planejamento e a implantação das metas de acessibilidade preconizadas pela legislação em vigor, bem como o monitoramento das matrículas dos estudantes com deficiência na instituição, para provimento das condições de pleno acesso e permanência. Esta obrigação não deve ser transferida aos estudantes com deficiência ou as suas famílias, por meio da cobrança de taxas ou qualquer outra forma de transferência da atribuição.

O financiamento das condições de acessibilidade deve integrar os custos gerais com o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão. As IES devem estabelecer uma política de acessibilidade voltada à inclusão das pessoas com deficiência, contemplando a acessibilidade no plano de desenvolvimento da instituição; no planejamento e execução orçamentária; no planejamento e composição do quadro de profissionais; nos projetos pedagógicos dos cursos; nas condições de infraestrutura arquitetônica; nos serviços de atendimento ao público; no sítio eletrônico e demais publicações; no acervo pedagógico e cultural; e, sobretudo, na disponibilização de materiais pedagógicos e recursos acessíveis.

Tecer o enredo da plena participação é provocar o velho paradigma em todas as suas facetas, desde as práticas pedagógicas homogeneizadoras, até a edificação dos prédios, organização dos acervos e dos diversos ambientes acadêmicos, bem como, das formas de comunicação.

Assim, o “Plano de Promoção da Acessibilidade e dos direitos das pessoas com deficiência na Faculdade Metropolitana da Amazônia”, pensado pela e para a comunidade acadêmica da FAMAZ, vem assegurar o direito de todos à educação superior que almejamos e consiste em eficaz contribuição para que o novo paradigma da inclusão educacional torne-se realidade nesta IES e na vida das pessoas aqui vinculadas.

5. QUEM SÃO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?

Deficiência Física

O indivíduo apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo. Apresenta-se sob a forma de paraplegia, tetraplegia, ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade, entre outros.

Deficiência Auditiva

É quando há perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis ou mais na audição, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

Deficiência Visual

Há dois tipos: a cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho; e a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho.

Deficiência Intelectual

O indivíduo possui funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos de idade. As limitações são associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.

Deficiência Múltipla

É considerada quando existe a associação de duas ou mais deficiências em um mesmo indivíduo.

6. DESAFIOS, METAS E AÇÕES PROPOSTAS PELA COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE DAFAMAZ

Apresentamos a seguir as dificuldades verificadas e as alternativas propostas relacionadas às seguintes dimensões:

Dimensão 1: Diagnose/Censo de estudantes com deficiência;

Dimensão 2: Readequação dos documentos institucionais e acessibilidade à documentação;

Dimensão 3: Aspectos Didático-Pedagógicos;

Dimensão 4: Infraestrutura física.

6.1 DIMENSÃO I: DIAGNOSE/CENSO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

A Subcomissão de Diagnose/Censo de estudantes com deficiência, a partir de levantamentos feitos na IES, verificou a existência de algumas formas da obtenção desses dados, tais como: o preenchimento de questionário online e/ou presencialmente no momento em que realizam a inscrição para o vestibular, a confirmação no ato da matrícula e também a partir do levantamento realizado pelo Núcleo de Apoio ao Docente e Discente - NADD em parceria com as coordenações de curso e professores.

O instrumento online foi reformulado sendo inserida outras questões, não apenas relativas à situação econômica do educando, suas percepções acerca do curso e da faculdade, mas também com vistas a obtenção de dados mais abrangentes e outros aspectos importantes, como: dados gerais do alunado ingressante, perfil cultural, qualificação do ensino do aluno, grau de estudos dos progenitores, renda, além da inclusão de questões referentes a pessoa com deficiência, totalizando 40 (quarenta) questões (Ver anexo II)

Outro instrumento que os discentes preenchem no decorrer do curso é relativo à infraestrutura física e acadêmica. O questionário original que atualmente é utilizado está condizente com o instrumento de avaliação

(Plano aprovado e homologado pelo Conselho Superior da Faculdade Metropolitana da Amazônia, em reunião ocorrida em 16 de abril de 2014)

externa/ENADE, no entanto, verificou-se a necessidade de inserir uma questão referente a acessibilidade (Ver anexo III).

Essa subcomissão recomenda que o questionário socioeconômico respondido online pelos alunos ingressantes, seja também respondido pelos alunos ingressantes que optam por fazer sua matrícula de forma presencial, no setor de vestibular.

Os dados coletados a partir do questionário socioeconômico serão tabulados pela Comissão Própria de Avaliação – CPA que será responsável por elaborar um relatório semestral e o encaminhar aos setores estratégicos da IES tendo como objetivo informar à comunidade acadêmica, sobretudo os docentes, sobre o perfil dos discentes ingressantes na FAMAZ, no sentido de informá-los o perfil dos novos alunos que estes trabalharão em cada semestre. Atualmente esta atividade também é desenvolvida pelo Núcleo de Apoio ao Docente e Discente – NADD, o qual tem um acompanhamento pedagógico mais próximo dos professores e alunos.

Os dados levantados a partir das respostas dos alunos às perguntas sobre a infraestrutura física e acadêmica da FAMAZ serão transformados estatisticamente, sendo a CPA/FAMAZ responsável por elaborar um relatório, a ser que encaminhado a Direção Geral, para subsidiar as ações de gestão acadêmica.

6.2 DIMENSAO II: READEQUAÇÃO DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS E ACESSIBILIDADE À DOCUMENTAÇÃO

6.2.1 Meta 1. Inserção da inclusão nos processos de planejamento e desenvolvimento institucional.

1. Efetivar a articulação da FAMAZ com diversos órgãos federais, estaduais, municipais, empresas e ONGs, visando manter parcerias para ações e encaminhamentos referentes ao apoio às pessoas com necessidade de atendimento diferenciado.
2. Inserir a inclusão no Plano de Desenvolvimento da Instituição (PDI) e no Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) relacionados aos processos avaliativos, metodológicos e a organização do trabalho pedagógico como um todo.
3. Contemplar nos processos de Planejamento institucional o conceito de acessibilidade de forma ampla, uma vez que o vocábulo expressa um conjunto de dimensões diversas, complementares e indispensáveis para que haja um processo de efetiva inclusão.
4. Assegurar a destinação de recursos para a implementação da acessibilidade no Projeto Pedagógico da instituição, enquanto elemento estruturante da inclusão educacional na FAMAZ.

6.2.2 Meta 2. Acessibilidade à documentação institucional.

A redação e a manipulação da documentação impressa em papel também acarreta em problemas de acessibilidade. Neste contexto a FAMAZ tem a preocupação em adquirir futuramente alguns equipamentos que facilitem essa acessibilidade, tais como: folheador eletrônico; lupas manuais de diferentes tipos; prismas; telelupas ou lupa TV ou circuito fechado de televisão (CCTV); leitor de documentos; scanner com adaptação em OCR; impressora em braille e software para reproduzir livros digitais no formato DAISY, entretanto.

6.2.2.1 Manipulação da documentação impressa em papel

A documentação em papel continua a ser uma componente inerente ao local de trabalho, constituindo, muitas vezes, uma dificuldade para pessoas com problemas de visão e manipulação. Para estas pessoas, um simples recibo de vencimento pode ser um documento inacessível.

O acesso a essa documentação pode passar por uma de duas estratégias: a manipulação física através de ajudas técnicas ou a sua digitalização para posterior conversão de formato (texto eletrônico, voz ou braille).

6.2.2.1.1 Acessibilidade para pessoas com deficiência motora

O ato de segurar um livro e folhear uma página ao mesmo tempo pode ser impossível a muitas pessoas. Nessa situação estão: as pessoas com paralisia ou com falta de algum membro superior, quem não tem força devido a uma doença neuromuscular ou pessoas com dificuldades de coordenação e manipulação fina, entre outros. Por isso, sempre que possível, é desejável que um livro ou documento possua uma encadernação que permita abertura fácil sem necessitar de ser sustido para estar aberto ou folhear uma página. Para além disso, o papel não deve ser do tipo acetinado, para evitar o deslizamento de ponteiros ao passar as páginas.

Pessoas com tetraplegia, doenças neuromusculares ou paralisia cerebral podem ter muita dificuldade em folhear um livro com ajudas técnicas simples (por ex. ponteiro ou dedal com borracha), necessitando de equipamentos eletrônicos desenhados para este propósito. O comando de um folheador eletrônico (passa-páginas) pode ser efetuado, no limite, com a ativação de um simples interruptor (switch) sensível ao toque, a um movimento, ao som ou a um simples sopro.

Nesta resposta, é preciso ter em conta também que nem todas as publicações em papel podem ser manipuladas por um folheador eletrônico (Figura 3) devido às variações do tamanho, volume e ao próprio material do papel.



Figura 3. Folheador eletrônico.

6.2.2.1.2 Acessibilidade para pessoas com baixa visão

As pessoas com baixa visão podem recorrer a filtros, ajudas ópticas ou eletrônicas para ler um documento. De qualquer maneira a cor do papel e as características gráficas dos documentos são fatores que podem influenciar o esforço visual na leitura.

Nestes casos costuma-se usar ampliadores ou lupas e telulupas ou lupa TV ou circuito fechado de televisão (CCTV).

As lupas podem ter lentes de diversos tipos e se subdividem em lupas de mão, lupas iluminadas, telescópios para melhorar a leitura e escrita, telescópio para visão ao longe e prismas (Figura4).



Figura 4. Ampliadores ou lupas utilizados para melhorar a leitura e escrita de pessoas com pessoas com baixa visão.

As teléupas, também conhecidas como lupa TV ou circuito fechado de televisão (CCTV), são equipamentos que ampliam numa tela um documento impresso ou escrito à mão. Existem teléupas portáteis com tela LCD integrado (Figura 5) e teléupas de mesa.

As teléupas de mesa são mais sofisticadas, com maior gama de ampliação, resolução e contraste facilitando ainda o preenchimento manual de formulários. Em alguns modelos é possível ligar a teléupa a um computador, dividindo a tela em duas partes: uma para o documento ampliado e outra, por exemplo, para um processador de texto (facilitando a uma tarefa de leitura/escrita).



Figura 5. Teléupas (CCTV) utilizados para melhorar a leitura e escrita de pessoas com pessoas com baixa visão.

6.2.2.1.3 Acessibilidade para pessoas cegas

O acesso tradicional à documentação impressa por parte das pessoas cegas passa pela digitalização e pelo reconhecimento de caracteres efetuado por software próprio para posterior impressão em braille, ou pelo uso de leitores de tela (programas informáticos que enviam a informação do computador para um sintetizador de fala ou para um terminal eletrônico braille. Porém, atualmente já existem no mercado soluções integradas que dispensam a utilização de um computador, como no caso do leitor de documentos.

Os equipamentos chamados leitores de documentos são scanners especiais (Figura 6) que digitalizam o documento, reconhecem todo o texto e

lêem-no, inclusive em português, em poucos segundos, tendo a capacidade para gravar milhares de páginas.



Figura 6. Leitor de documentos para melhoria da acessibilidade para pessoas cegas.

A digitalização da documentação impressa em papel também é fator que pode facilitar a acessibilidade às pessoas com deficiência. A forma mais prática de tornar um documento impresso em papel acessível a pessoas com dificuldades de manipulação ou visão, passa pela sua digitalização através de um scanner.

Para que o documento digitalizado possa ser convertido em voz ou em braille, este tem que passar por um programa de reconhecimento de caracteres (OCR). Os programas de OCR são muitas vezes fornecidos com o scanner mas nem todos são fáceis de utilizar por pessoas cegas. Contudo, existem no mercado das ajudas técnicas, OCRs vocacionados para utilizadores cegos, com elevados níveis de acessibilidade e que podem constituir alternativas ao OCR que acompanha o scanner (Figura7).



Figura 7. Scanner com adaptação em OCR.

No caso da impressão em papel dos documentos digitalizados de forma modificada visando atender às dificuldades de pessoas com baixa visão ou cegas, a documentação digitalizada pode voltar a ser impressa em papel num formato mais acessível do que o original. Para uma pessoa com baixa visão a solução pode passar simplesmente pela impressão em caracteres aumentados e para uma pessoa cega pela impressão em braille.

6.2.2.2 A Acessibilidade à documentação em formato digital

O fato de um documento estar em formato digital não significa que este seja automaticamente acessível a pessoas com deficiência. Existem diversas variáveis que influenciam a sua acessibilidade que vão desde o formato do documento, aos elementos que constituem os conteúdos (com particular atenção às imagens, aos gráficos, tabelas de dados, entre outros fatores) e à própria redação dos textos.

Para a utilização de documentos falados com elevada qualidade (lido por pessoas) que permitam acesso aleatório a anotações é possível recorrer a formatos como o DAISY. O formato DAISY permite ter voz humana equivalente às cassetes áudio, mas com possibilidade de a sincronizar com o respectivo texto, dando ao leitor a possibilidade, entre outras, de saltar para a página desejada, pôr marcas e fazer mesmo pesquisa de palavras ou parágrafos. É possível ler o livro, não apenas no computador, mas com pequenos aparelhos portáteis, do tamanho de Walkmans, já disponíveis no mercado.

6.2.2.3 Acessibilidade dos conteúdos na Internet e Intranet

A questão da acessibilidade da informação eletrônica tem como expoente máximo a preocupação com a acessibilidade dos conteúdos na web. Na componente prática são apresentados e explicados nove conselhos para a Acessibilidade de um sítio web, os quais estão no planejamento futuro da IES.

As regras e boas práticas listadas a seguir são significativamente importantes para aplicação no site da FAMAZ

Sobre a apresentação da Informação, são apresentadas as seguintes dicas:

1. Garanta que todas as imagens se encontram legendadas ou descritas com texto. **Nota:** Esta medida é essencial para botões e ligações feitas com recurso a imagens. O Leitor de Ecrã utilizado por um cego irá ler o texto alternativo associado à imagem.
2. Garanta que o tamanho do texto possa ser aumentado com as opções do seu navegador. **Nota:** Esta facilidade é muito utilizada por pessoas idosas com algumas dificuldades visuais.
3. Garanta que o comprimento do texto na página se ajuste ao tamanho da Janela. **Nota:** Esta característica facilita a utilização de software de ampliação.
4. Garanta a identificação do campo dos formulários. **Nota:** Coloque etiquetas em todos os campos do formulário, identificando a sua funcionalidade. No caso do elemento que executa o envio dos dados do formulário ser uma imagem, não se esqueça de legendar.

Sobre os aspectos relacionados à navegação, são indicadas as seguintes dicas:

1. Permita a ativação dos elementos da página através do teclado. **Nota:** Pessoas com destreza reduzida ou com incapacidade de ver o cursor do ecrã têm dificuldade em usar um dispositivo apontador como o rato. O teclado pode ser a única alternativa (Figura 8).



Figura 8. Mouse para pessoas com mobilidade reduzida.

2. Garanta que os textos das ligações sejam compreensíveis fora do contexto.

Nota: Use a tecla TAB para saltar de ligação em ligação numa página Web e leia em voz alta o respectivo texto hiperligado. Um cego usa uma técnica semelhante para navegar recorrendo a um leitor com síntese de fala para substituir a falta de visão. Ligações compostas por "clique aqui" não são esclarecedoras para quem ouve apenas a informação das ligações. Do mesmo modo, se usar várias vezes o mesmo texto em ligações diferentes gera ambiguidade. As ligações podem ser legendadas com texto alternativo para evitar ambiguidades.

Para verificação da acessibilidade dos conteúdos postados na internet e intranet listamos as seguintes indicações:

1. Forneça uma forma simples para contactar o responsável pelo webmestre ou administrador. **Nota:** O utilizador poderá comunicar-lhe as dificuldades que sente no acesso aos conteúdos do seu sítio. Facilite o feedback dos utilizadores.

2. Afixe o Símbolo de Acessibilidade na Web. **Nota:** Utilize o Símbolo de Acessibilidade na Web para indicar que o seu sítio contém funcionalidades de Acessibilidade para Cidadãos com Necessidades Especiais, para diferentes ambientes, situações, equipamentos e navegadores. O símbolo deve incluir a definição ALT="Símbolo de Acessibilidade na Web", e ser colocado na página de entrada do sítio.

6.3 DIMENSÃO III: ASPECTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

6.3.1 Meta 1: Inserção da Inclusão nos processos de Planejamento e Desenvolvimento Institucional nos aspectos relacionados à dimensão III.

1. Implantar a inclusão com caráter transversal, articulando a tríade “ensino, pesquisa e extensão” no desenvolvimento de projetos educacionais e práticas inclusivas envolvendo docentes e acadêmicos da graduação e pós-graduação.
2. Promover processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência.
3. Possibilitar, no planejamento dos conteúdos curriculares, uma adequação entre o perfil desejado para inserção no mercado de trabalho e as características dadas pela especificidade da necessidade especial.
4. Assegurar o apoio ao discente, por meio de programas de apoio extraclasse e psicopedagógico, de atividades de nivelamento, extracurriculares e de participação em centros acadêmicos e em intercâmbios.
5. Promover processos de sensibilização que envolvam a informação, o conhecimento e a aplicação dos dispositivos legais e políticas relacionadas à inclusão e à acessibilidade de estudantes com deficiência na educação superior.
6. Investir na preparação da comunidade acadêmica para a sensibilização e o reconhecimento dos benefícios da convivência na diversidade e do ambiente acessível a todos.
7. Conferir visibilidade às ações de inclusão e de sistematizar informações acerca do tema como elementos facilitadores para articulação e acompanhamento de discentes, docentes, técnicos administrativos e terceirizados com necessidade de atendimento diferenciado no interior da IES.
8. Propor ações para que a FAMAZ constitua-se uma referência nas questões sobre acessibilidade, com o propósito de minimizar as discriminações ainda existentes na sociedade.
9. Fomentar ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos com necessidades especiais no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.

No que diz respeito à Meta I: Inserção da Inclusão nos processos de Planejamento e Desenvolvimento Institucional nos aspectos relacionados à dimensão III a FAMAZ vem alcançando e consolidando esses objetivos, muitas são as ações concretizadas no que diz respeito à reestruturação do currículo da IES para o atendimento aos alunos com deficiência, mas também aqueles que apresentam outras necessidades educacionais específicas.

6.3.2 Meta 2. Implantação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e das salas de recursos multifuncionais.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço da Educação Especial, de caráter complementar ou suplementar à formação dos estudantes no ensino regular, voltado para a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação, considerando as suas necessidades específicas de forma a promover acesso, participação e interação nas atividades escolares. Ele perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino em substituí-los, garantindo o direito de todos à educação escolar comum.

No Ensino Superior, acompanhamento de estudantes com necessidades educacionais especiais, envolve a implantação dos Núcleos de Atendimento Educacional Especializado (NAEE) e das salas de recursos multifuncionais, para “oferecer o suporte necessário às necessidades educacionais especiais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento”. (BRASIL, 2006, p. 15).

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão é um espaço institucional de coordenação e articulação de ações que contribuam para a eliminação de barreiras impeditivas do acesso, permanência e usufruto não só dos espaços físicos, mas também dos serviços e oportunidades oferecidos pela tríade Ensino-Pesquisa-Extensão da FAMAZ.

Atualmente o Núcleo de Acessibilidade trabalha em parceria junto ao NADD (Núcleo de Apoio ao Docente e Discente), o qual responde pelo suporte psicopedagógico aos alunos com deficiência, bem como, realiza o acolhimento e encaminhamento de todas as demandas relacionadas aos processos de ensino-aprendizagem, principalmente com o objetivo de favorecer melhorias nesse processo, tanto ao aluno quanto para com o professor.

Nessa perspectiva os alunos são acolhidos por uma equipe composta por pedagoga e psicólogas especializadas na área da psicopedagogia e educação especial e inclusiva, as quais realizam todo o processo de orientação e supervisão desses alunos com deficiência e/ou outros transtornos funcionais específicos, os quais muitas vezes precisam de suporte em razão de dificuldades cognitivas, entre outras questões. Além desses profissionais o núcleo também conta com um professor surdo com graduação em letras-libras, o qual vem promovendo trabalhos significativos no ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Portanto, o NADD oferece o suporte a esses alunos promovendo a orientação junto ao corpo docente, no que diz respeito à necessidade de novas estratégias de ensino e adaptações no processo avaliativo, bem como, no favorecimento de alternativas diversificadas quanto aos instrumentos avaliativos e também do monitoramento com relação ao desempenho acadêmico dos alunos e feedback a todos os responsáveis envolvidos no processo, ou seja, alunos, professores, família e coordenações de curso.

Quanto à meta 3 da dimensão III, propomos as seguintes ações:

1. Assegurar que o atendimento educacional especializado beneficie o estudante com deficiência, eliminando as barreiras que impedem ou dificultam sua participação e aprendizagem no processo educacional.
2. Compor o atendimento educacional especializado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do Soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros.

Ainda não foram atingidos todos os objetivos, entretanto, já aconteceram avanços no que diz respeito à divulgação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) entre os alunos e funcionários como parte das ações do núcleo.

Plano de promoção da Acessibilidade e dos direitos das Pessoas com Deficiência na Faculdade Metropolitana da Amazônia

Comissão de Acessibilidade – Outubro de 2013 a Abril de 2014.

3. Integrar o AEE nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, articulando-o com a proposta curricular desenvolvida pelos docentes.
4. Apoiar e complementar os serviços educacionais comuns, como parte diversificada do currículo dos estudantes da educação especial.
5. Disponibilizar, dentre as atividades de atendimento educacional especializado, programas de enriquecimento curricular, ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva.
6. Identificar, elaborar e organizar, recursos pedagógicos e de acessibilidade considerando as necessidades específicas dos alunos. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento deverá complementar e/ou suplementar a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na IES e fora dela.
7. Adotar instrumentos que possibilitem monitoramento e avaliação da oferta realizada pelo atendimento educacional especializado.
8. Assegurar atendimento educacional especializado para o estudante com deficiência a ser ofertado tanto na modalidade oral e escrita quanto na língua de sinais.
9. Disponibilizar as funções do professor auxiliar no processo de tradução/intérprete de Libras no apoio das atividades que exijam auxílio no cotidiano escolar.
10. Assegurar o acompanhamento, por parte do professor auxiliar, na vida acadêmica do estudante para o desenvolvimento da autonomia, bem como da responsabilidade para a construção do conhecimento e hábitos de estudo.
11. Selecionar docente com o perfil que contemple curso de graduação, pós-graduação ou formação continuada que o habilite a atuar em áreas da educação especial para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos estudantes.
12. Assegurar atendimento que contemple as seguintes especificidades, que estão em andamento ou estão planejadas para o futuro, pois muitos dos métodos mencionados abaixo ainda não se aplicam aos casos acompanhados pelo Núcleo, entretanto, sabe-se que precisam ser implementados.
 - Atividades para desenvolvimento dos processos mentais superiores (controle consciente do comportamento, atenção e lembrança voluntária, memorização ativa, pensamento abstrato, raciocínio dedutivo, capacidade de planejamento, entre outros), para estudantes com deficiência mental (intelectual).

- AEE em Libras (exploração em Libras do conteúdo trabalhado em sala); AEE de Libras (ensino de Libras, incluindo a criação de sinais para termos científicos conforme a necessidade, em analogia a conceitos já existentes), ensino da Língua Portuguesa na modalidade escrita, como segunda língua, para o estudantes com deficiência auditiva ou surdez.
- Sistema Braille, Sorobã, orientação e mobilidade, utilização de recursos ópticos e não ópticos, atividades de vida autônoma; software de ampliação de tela e de leitura de texto, com ampliação flexível em vários tamanhos e sem distorção, ajuste de cores, otimização de foco, ponteiro e cursos; entre outros, para estudantes com deficiência visual ou cegos.
- Ensino do método de linguagem Tadoma, Libras adaptada ao surdo-cego (utilizando o tato), alfabeto manual, alfabeto moon (substitui as letras por desenhos em relevo), sistema pictográfico, que usa símbolos e figuras para designar os objetos e ações, entre outros, para estudantes com surdocegueira.
- Uso do computador como auxílio à aprendizagem; PECS (sistema de comunicação através da troca de figuras); Método TEACCH (tratamento e educação para crianças autistas e com distúrbios correlatos da comunicação), entre outros, para estudantes com transtornos globais de desenvolvimento.
- Programas de enriquecimento curricular, (intracurricular e extracurricular); aceleração de estudos; compactação curricular; PIBIC, Programa Intensivo de Treinamento, bolsas de pesquisa, estágios em salas de recursos multifuncionais, projetos de pesquisa, entre outros, para estudantes com altas habilidades/superdotação.

13. Definir a destinação dos recursos em articulação com os demais profissionais que atendem aos estudantes na IES e com profissionais da saúde, quando houver necessidade.

14. Manter sala de apoio equipada com máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura, scanner acoplado a computador.

12. Adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em Braille e de fitas sonoras para uso didático.

13. Assegurar que os acervos bibliográficos dos cursos sejam disponibilizados em formato acessível ao estudante com deficiência (prioritariamente os de leitura obrigatória) e utilizar diferentes recursos e ajudas técnicas para que o estudante tenha acesso à informação e ao conhecimento independentemente de sua deficiência.

14. Disponibilizar os serviços de tradução e interpretação da Libras durante as aulas; na orientação das regras de provas, testes e do processo seletivo; na

15. leitura das questões das provas realizada por fiscais. Tais intervenções podem ser efetivadas também em formato digital (gravação das provas em Libras anexadas ao formato impresso em Língua Portuguesa). É importante ressaltar que a presença do intérprete nas atividades acadêmicas é considerada requisito mínimo de acessibilidade conforme a Portaria 3.284, de 7 de novembro de 2003 e o Decreto nº5.626/2005. A IES já possui profissional habilitado nessa área.

16. Implementar o uso das TIC's, por parte dos estudantes com necessidades educacionais, favorecendo não só o aprendizado, mas a participação, com autonomia, na vida acadêmica, mediante orientações do Núcleo de Acessibilidade sobre o uso devido dessas tecnologias.

6.3.3 Meta 3. Formação e Capacitação de Profissionais da educação para a inclusão.

1. Propor formação continuada, que possibilite a atuação no atendimento educacional especializado, aprofundando o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado e no núcleo de acessibilidade, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial.

2. Contemplar, nos processos de formação, conhecimentos de gestão do sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade arquitetônica, aos atendimentos de saúde, à promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça.

3. Planejar as condições que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos.

4. Contemplar, nos processos de formação continuada, não só os conhecimentos técnicos acerca da educação especial e inclusiva, mas o compromisso político e ético com a educação como direito de todos.

6.3.4 Meta 4. Adaptação dos Procedimentos Metodológicos e Práticas Avaliativas nas Turmas Regulares.

1. Propor práticas que contemplem a intersetorialidade e a transversalidade da educação especial.
2. Organizar os processos avaliativos, tanto quanto os procedimentos metodológicos para que estejam em consonância com a legislação vigente acerca da acessibilidade, assegurando que essa prerrogativa esteja expressa no Projeto Pedagógico do Curso para que tenha efetividade na prática pedagógica.
3. Adotar novos encaminhamentos avaliativos, estratégias metodológicas, interface com profissionais da saúde, do trabalho, parceria com as famílias, dentre outros, com vistas a assegurar o desempenho acadêmico satisfatório.
4. Criar estratégias e investir na diversificação metodológica, no processo de avaliação, partindo da consideração que alguns alunos podem demandar ampliação do tempo para a realização dos trabalhos e o uso da língua de sinais, de textos em Braille, de informática ou de tecnologia assistiva.
5. Expressar, com clareza, os recursos que poderão ser utilizados pelo estudante no momento da prova, bem como os critérios de correção a serem adotados.
6. Providenciar, quando necessário, salas especiais para cada tipo de deficiência e a forma adequada de obtenção de respostas pelo estudante.
7. Considerar as diferenças específicas inerentes a cada pessoa com deficiência, no momento da correção das provas, para que o domínio do conhecimento seja aferido por meio de critérios compatíveis com as características especiais desses alunos.
8. Adotar a flexibilidade no tempo, no que tange as situações de deficiência que, por sua especificidade, provocam um desenvolvimento mais lento que aquele considerado normal e fazem com que o estudante necessite de um tempo diferenciado para realizar a mesma atividade que os demais.

6.3.5 Meta 5. Promoção de Ações que Favoreçam a Permanência enquanto Efetividade da Acessibilidade na FAMAZ.

1. Promover a acessibilidade, em seu sentido pleno, não só aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, mas aos professores, funcionários e à população que frequenta a instituição e se beneficia de alguma forma de seus serviços.
2. Efetivar ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes, por meio do planejamento e organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e extensão.
3. Fortalecer o acompanhamento de maneira a garantir a ampliação do atendimento educacional especializado aos estudantes da FAMAZ cujas necessidades se enquadrem nos serviços deste.
4. Fomentar a compreensão de que a educação especial não é substitutiva da educação comum e os ambientes segregados, definidos pela situação de deficiência, limitam o exercício pleno da cidadania ao não refletir a sociedade marcada pela diversidade e, assim, não oportunizar o enriquecimento do processo educacional no convívio com as diferenças.

6.4 DIMENSÃO IV: INFRAESTRUTURA FÍSICA

A dimensão Infraestrutura teve como objetivo identificar o cumprimento, pela FAMAZ, dos critérios de acessibilidade instituídos nos documentos que norteiam a Acessibilidade para o Ensino Superior como: I. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e II. Norma Brasileira para Acessibilidade a Edificações, Mobiliários, Espaços e Equipamentos Urbanos – ABNT NBR 9050.

Durante os trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Acessibilidade da FAMAZ os prédios existentes na IES sofreram análise do engenheiro civil, componente da comissão, e já estão sendo elaborados estudos de adequação nas instalações físicas com objetivo de eliminar barreiras físicas, auditivas e visuais. Inicialmente, todos os obstáculos arquitetônicos e principais problemas de acesso foram mapeados e documentados, por meio de fotografias, e catalogados de acordo com a sua gravidade, em três escalas bem definidas, segundo sua potencialidade de necessidade (baixa, média e alta) e de solução (simples, relativa e complicada).

Propõe-se que, a partir da institucionalização do Plano de promoção da Acessibilidade e dos direitos das pessoas com deficiência na FAMAZ, os projetos, obras e reformas a serem demandadas na IES estejam em consonância com as normas vigentes no sentido de permitir a acessibilidade, o trânsito e a permanência de pessoas com deficiências na instituição.

A adequação dos espaços físicos para o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida é uma exigência legal e, sobretudo, um princípio de cidadania que deve ser exercitado pela educação e conscientização de todos, para que contribuam para a formação dos sujeitos, reconhecendo e valorizando suas identidades.

A acessibilidade arquitetônica também deve ser garantida em todos os ambientes, a fim de que estudantes e demais membros da comunidade acadêmica e da sociedade em geral tenham o direito de ir e vir com segurança e autonomia, de acordo com o disposto no Decreto nº 5.296/2004. O

cumprimento da norma de acessibilidade, neste caso, independe da matrícula de estudante com deficiência na IES.

6.4.1 Meta 1. Identificação de Dificuldades e Proposição de Modificações em Rampas, Desníveis, Escadas e Elevadores

As rampas são inclinações no piso que substituem uma escada, por exemplo. Sempre que há uma mudança no nível do piso para, deve-se haver um sistema que auxilie a passagem do usuário por este desnível.

A norma NBR 9050, de 2004, apresenta uma representação em forma de figura para as rampas. Esta representação é mostrada a seguir na Figura 9.



Figura 9. Representação de rampa. Fonte: NBR 9050 (2004).

Esta normativa é categórica e diz que as rampas fazem parte do piso, contudo, quando o piso assume uma inclinação maior de 5%, ele é chamado de rampa. Lembrando que os pisos podem ter inclinações transversais de 2% e 3% para pisos internos e externos, respectivamente e até 5% para inclinações longitudinais.

Quanto aos desníveis, a norma NBR 9050 (2004) permite que haja desníveis de até 5 (cinco) mm de altura, entretanto, ela recomenda que os desníveis sejam eliminados para não haver a trepidação de dispositivos com rodas do tipo cadeira de rodas ou carrinhos de bebê.

A recomendação desta Comissão de Acessibilidade é que todos os desníveis internos sejam extintos, independente de sua altura, para que não haja a necessidade de construção de rampas (desnível de 5mm a 15mm) ou que o desnível seja considerado degrau (desnível acima de 15mm)

A Tabela 1 mostra que os dimensionamentos de inclinações possíveis para rampas. A NBR 9050 estabelece que inclinações entre 6,25% e 8,33%

indicam, obrigatoriamente, a necessidade da existência de patamares de descanso a cada 50m de percurso.

Tabela 1. Inclinação de rampas.

Inclinação admissível em cada segmento de rampa i (%)	Desníveis máximos de cada segmento de rampa h (m)	Número máximo de segmentos de rampa
5,00(1:20)	1,50	Sem limite
5,00(1:20) $< i \leq$ 6,25 (1:16)	1,00	Sem limite
6,25(1:16) $< i \leq$ 8,33 (1:12)	0,80	15

Fonte: NBR 9050 (2004).

A Tabela 2 mostra que em casos excepcionais, como o da FAMAZ, há a possibilidade de aumentar a inclinação vista na Tabela 1.

Tabela 2. Inclinação de rampas para casos excepcionais

Inclinação admissível em cada segmento de rampa i (%)	Desníveis máximos de cada segmento de rampa h (m)	Número máximo de segmentos de rampa
8,33(1:12) $\leq i <$ 10,00 (1:10)	0,20	4
10,00(1:10) $\leq i \leq$ 12,50 (1:8)	0,075	1

Fonte: NBR 9050 (2004).

Em suma, as rampas podem estar enquadradas em qualquer das inclinações vistas nas tabelas 1 e 2, todavia, devem respeitar os requisitos de inclinações e desniveis previstos.

A inclinação (i) de rampas pode ser calculada conforme a fórmula 1.

(Plano aprovado e homologado pelo Conselho Superior da Faculdade Metropolitana da Amazônia, em reunião ocorrida em 16 de abril de 2014)

$$i = \frac{h \cdot 100}{c} (1)$$

Sendo:

i : a inclinação longitudinal (%);

h : a altura dos desníveis;

c : o comprimento da projeção horizontal.

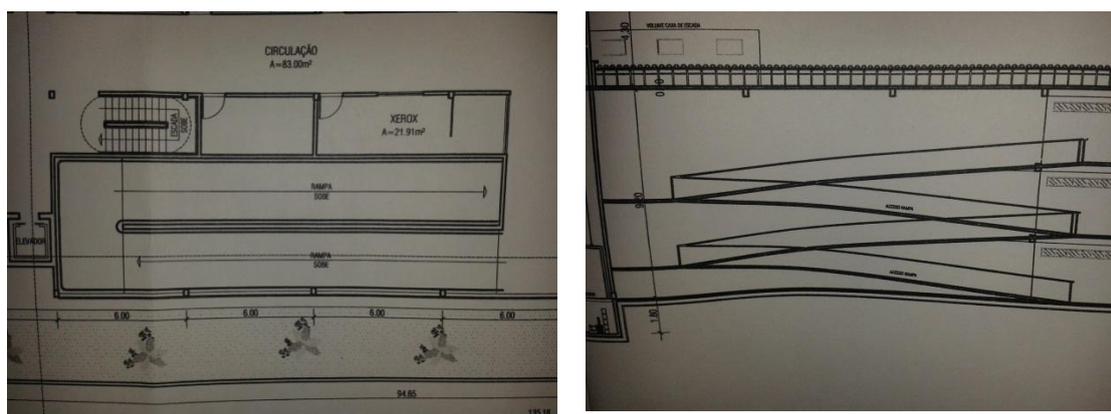
6.4.1.1 Rampa principal do Bloco I da FAMAZ

Neste item se apresenta a maior e principal rampa existente na FAMAZ (Figura 10), localizada próximo ao Hall de entrada do Bloco I, na área de convivência.



Figura 10. Rampa principal, de acesso do térreo para o primeiro andar, existente no Bloco I da FAMAZ. Fonte: ASCOM/FAMAZ, 2013.

A rampa supracitada tem seu comprimento de projeção horizontal c) igual a 17,20m e sua altura igual a 1,50m. Utilizando a Equação 1 para calcular sua inclinação, resulta que o valor de i é igual a 8,72%. Esta mesma rampa também é visualizada na Figura 11, figura esta retirada do projeto arquitetônico da Faculdade.



(a) (b)
Figura 11. Rampa principal Bloco I – Projeto Arquitetônico. (a) Planta Baixa. (b) Corte Longitudinal. Fonte: Coordenação Administrativa, 2013.

Como a FAMAZ é uma construção já existente e está pleiteando adequar-se as normas de acessibilidade, pode-se enquadrar a inclinação i) desta rampa na Tabela 2 primeira linha (8,33 (1:12) $\leq i < 10,00$ (1:10)). Vê-se que a inclinação desta rampa está de acordo com o estabelecido pela norma (NBR 9050 – 2004). Entretanto, na segunda coluna da primeira linha da Tabela 2, é estabelecido que para uma inclinação de 8,72% o desnível h) deve ser no máximo de 0,20m.

O desnível da rampa analisada é de 1,50m, logo, conclui-se que esta rampa não atende a exigência da norma pois sua inclinação condiz com o estabelecido, contudo, seu desnível diverge às especificações da NBR-9050 (2004).

6.4.1.2 Rampa posterior do Bloco I da FAMAZ

Com o ensejo de se adequar as exigências estabelecidas nas normas de acessibilidade, a Faculdade construiu uma rampa de acesso do Bloco I à Travessa Quintino Bocaiúva, localizada na parte posterior do Bloco I (FAMAZ). Esta rampa é apresentada na Figura 12.

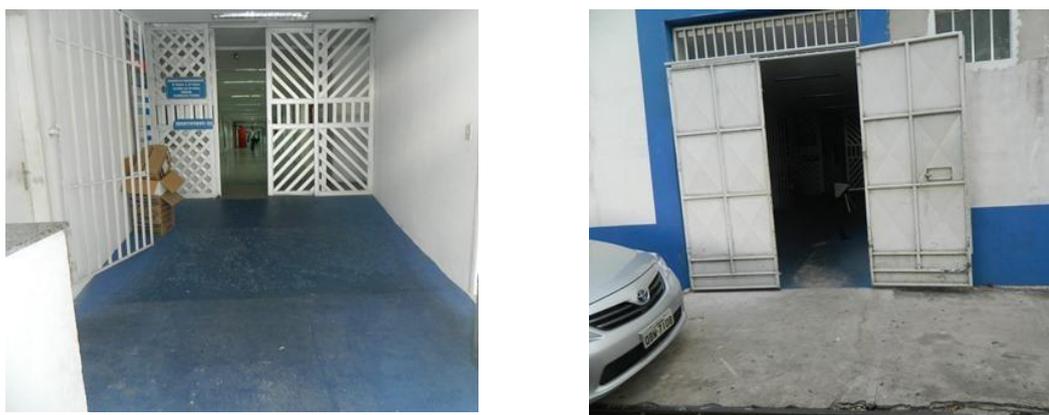


Figura 12. Rampa de acesso da entrada secundária (posterior) do Bloco I para acesso à FAMAZ pela Travessa Quintino Bocaiuva. Fonte: ASCOM/FAMAZ, 2013.

Contudo, durante as reuniões da Comissão de Acessibilidade, a rampa de acesso da entrada secundária (posterior) do Bloco I foi alvo de intensa discussão quanto aos aspectos de grande inclinação e, portanto, do não cumprimento do exposto na normativa NBR 9050 (2004).

No mês de novembro de 2013 a Comissão de Acessibilidade demandou à Direção Geral da FAMAZ a readequação da rampa em questão, pleito que foi prontamente acatado e autorizado às instâncias competentes. Na oportunidade foi realizada reunião com a presença do engenheiro civil responsável pelas obras físicas da FAMAZ, tendo sido feita a indicação da NBR 9050 (2004). No entanto, apesar das obras de readequação cumprirem o prazo estabelecido pela comissão, ao que parece, a nova rampa (Figura 13) continua não atendendo plenamente o previsto na NBR 9050.

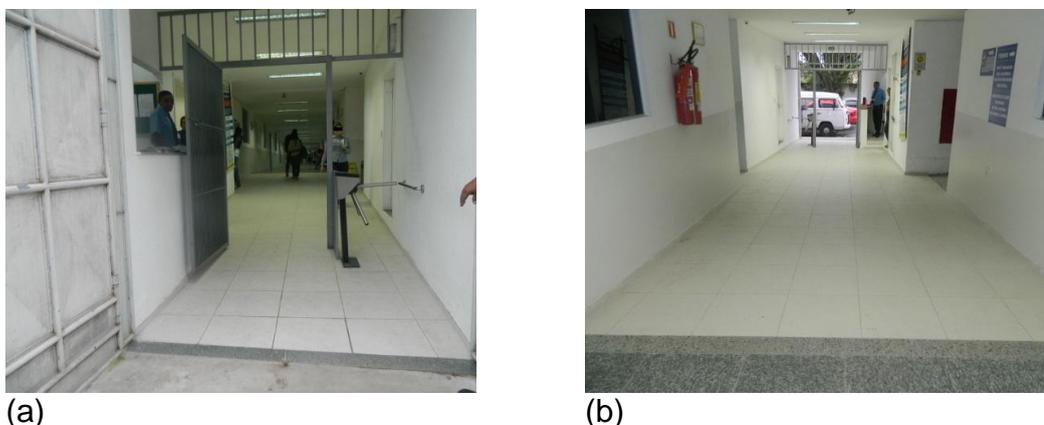


Figura 13. Rampa posterior do Bloco I – (a) Vista inferior. (b) Vista superior. Fonte: ASCOM/FAMAZ, 2013.

Apesar dos acontecimentos ocorridos e da falha na comunicação que acarretam numa (re) adequação parcial desta rampa para fins de acessibilidade, considera-se sua alteração um grande avanço, pois indica que, de certa forma, as proposições sugeridas pela Comissão de Acessibilidade estão sendo acatadas pela Direção Geral e mantenedora no que tange à adequação estrutural da FAMAZ.

6.4.1.3 Desníveis na entrada principal do Bloco I

Nota-se falha no cumprimento das normas de acessibilidade nas entradas de acesso à FAMAZ quando percebe-se as seguintes incongruências, as quais consideramos urgente a resolução:

1. Inexistência de faixa de pedestre para ajudar a atravessar a rua em frente à FAMAZ.
2. Inexistência de semáforo para pedestre com sinal sonoro e/ou redutor de velocidade dos carros.
3. Inexistência de calçada rebaixada, nos dois lados da rua, para possibilitar que pessoas em cadeira de rodas atravessem na faixa de segurança.
4. A pavimentação das calçadas de acesso posterior ao bloco I, e frontal aos blocos II e III é irregular, com buracos e degraus.
5. Existência de muitos obstáculos nas calçadas de acesso posterior ao bloco I, e frontal aos blocos II e III como placas, postes, muretas de concreto, entulhos de construção, canos, etc., que atrapalham a circulação de pessoas.
6. Não há identificação de piso tátil de alerta e/ou sinalização para pessoas com deficiência visual.





Figura 14 a, b, c e d. Entradas principais dos acessos à FAMAZ. Fonte: ASCOM/FAMAZ, 2013.

6.4.1.4 Escadas Comuns e Escadas Rolantes

A Comissão de Acessibilidade verificou que as escadas comuns e escadas rolantes existentes na FAMAZ atendem parcialmente as recomendações estabelecidas para acessibilidade.

A análise das escadas comuns (Figura X) de acesso entre andares existentes nos blocos I, II e III demonstrou que estas estruturas atendem parcialmente o disposto na normativa NBR 9050 quanto aos aspectos de largura mínima (1,20m), degraus em profundidade adequada (entre 28 e 32cm), atendendo aos limites máximo de degraus por lance (19 degraus) e disposição paralela.



Figura 14. Escada de acesso do térreo para o piso superior existente no Bloco II. Fonte: ASCOM/FAMAZ, 2013.

Os espelhos dos degraus das escadas da FAMAZ são fechados e dentro da altura permitida (16cm e 18cm). Existem patamares, os patamares isentos de obstáculos, sempre que há mudança de direção nas escadas, tendo dimensões iguais à largura da escada e dentro da dimensão longitudinal mínima(1,20m).

Os corrimãos estão instalados em ambos os lados da escada, na altura adequada (92cm do piso medido de sua geratriz superior), tendo a existência de espaço livre adequado (mínimo 4cm) entre a parede e o corrimão e possuem largura recomendada (entre 3 e 4,5cm) e prolongamento mínimo de 30cm antes do início e após o término da escada.

As arestas dos corrimãos são seguras, sem oferecer riscos de acidentes, e os corrimãos são contínuos e com extremidades recurvadas fixadas ou justapostas à parede.

Escadas comuns

Riscos e dificuldades: o corrimão lateral instalado na altura que está não permite o apoio de crianças e pessoas com estatura reduzida. A inexistência de sinalização visual e tátil pode provocar acidentes envolvendo deficientes visuais, idosos e pessoas com comprometimentos neuromotores, mobilidade dificultada para o cadeirante e falta de direcionamento para o deficiente visual.

Modificações sugeridas:

1. Implantação de corrimãos laterais instalados em duas alturas, devendo a altura menor ser implantada a 70cm do piso, medidos da geratriz superior.
2. Implantação de sinalização visual na borda do piso, em cor contrastante com a do acabamento, medindo entre 2 e 3cm de largura (ver item 5.12 e 5.13 ABNT NBR9050).
3. Implantação, no início e término da escada, de sinalização tátil de alerta em cor contrastante com a do piso, afastada no máximo 32cm do degrau (Ver FiguraX)
4. Implantação de sistema de sinalização para abandono do local (placas indicando saídas autônomas) instalado no corpo da escada e patamares.

5. Adequação de piso das escadas (com cortes antiderrapantes no granito)

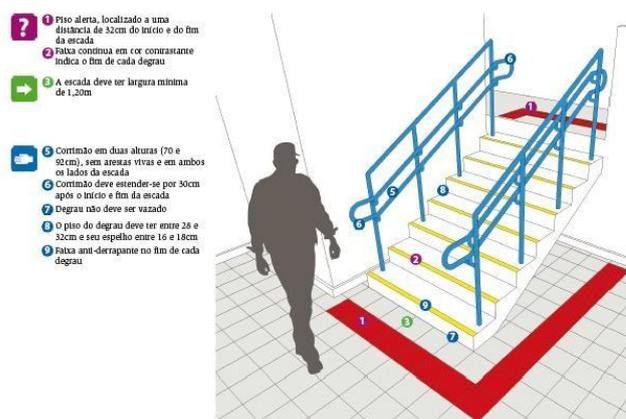


Figura X. Desenho ilustrativo de escada nos padrões internacionais da acessibilidade e em consonância com os parâmetros estabelecidos na NBR 9050/2004. Fonte: Dischinger (2012).

As escadas rolantes, existentes apenas no bloco I, por vezes, encontram-se desligadas em decorrência de problemas mecânicos inesperados, falhas no cumprimento do cronograma de manutenção por parte da prestadora de serviço terceirizada ou pelo equivocado desligamento pelos funcionários responsáveis nos horários de menor movimento.



Figura 13. Escada rolante de acesso do térreo para o andar superior existente no Bloco I da FAMAZ. Fonte: ASCOM/FAMAZ, 2013.

Escadas rolantes

Riscos e dificuldades: A inexistência de sinalização visual e tátil pode provocar acidentes envolvendo deficientes visuais, idosos e pessoas com comprometimentos neuromotores e falta de direcionamento para o deficiente visual.

Modificações sugeridas:

1. Implantação de elevador para promover o acesso de pessoas que apresentam risco/dificuldade no uso da escada rolante (ver fig 134 ABNT NBR 9050).
2. Implantação de faixa de piso tátil indicando a presença da escadalarolante.

6.4.1.5 Elevadores

Há equipamento eletromecânico de circulação vertical (elevador) apenas no bloco II ligando o andar térreo ao primeiro andar. O elevador destinado a pessoas portadoras de deficiência física está situado em rota acessível a essas pessoas, com hall em frente livre de obstáculos, porta com vão mínimo de 80cm e a circulação de acesso ao elevador tem largura adequada (mínimo de 1,50m), medida perpendicularmente ao plano da porta.



Figura 15. Elevador de acesso do térreo para o piso superior existente no Bloco II da FAMAZ. Fonte: ASCOM/FAMAZ,2013.

Elevadores

Riscos e dificuldades: A inexistência de elevadores nos blocos I e III inviabiliza o trânsito de pessoas com comprometimentos neuromotores. A
(Plano aprovado e homologado pelo Conselho Superior da Faculdade Metropolitana da Amazônia, em reunião ocorrida em 16 de abril de 2014)

ausência de sinalização visual e tátil no único elevador existente pode provocar acidentes envolvendo deficientes visuais, idosos e pessoas com comprometimentos neuromotores e dificulta a mobilidade do cadeirante e o direcionamento do deficiente visual.

Modificações sugeridas:

1. Implantação de identificação visual ou por informação adicional (placas indicativas) desde a porta de acesso ao edifício
2. Implantação de sinalização tátil (, piso direcional) que permita a identificação do local dos elevadores para pessoas com restrição visual.
3. Estabelecimento de quadro com informações visual e tátil na parede em frente ao elevador com piso indicando a presença de mapa tátil (Ver figura X).



Figura X.

3. Implantação de piso tátil de alerta junto à porta do elevador.
4. Implantação, junto a porta de entrada, no pavimento, de dispositivo que emita sinais acústico e visual indicando o sentido em que a cabine se movimentará.
5. Implantação de identificação (externa) do pavimento afixada em ambos os lados dos batentes sendo visível a partir do interior da cabine e do seu acesso,

em altura adequada (entre 90cm e 1,10m) em relação ao piso, com marcação em braille imediatamente abaixo da identificação do pavimento

6. Aquisição de elevadores para os bloco I e III atendendo às exigências internacionais de acessibilidade no que tangea:

6. 1 Dimensão mínima da cabina do elevador (de 1,00m entre os painéis laterais e de 1,25m entre os painéis frontal e o de fundo);

6. 2 Identificação dos comandos em cor contrastante com o fundo;

6.3 Caracteres dos comandos com altura máxima de 1,60cm;

6.4 Existência de marcação em Braille no lado esquerdo de cada botão de comando;

6.5 Botão de comando mais baixo do painel na altura adequada (89cm em relação ao piso);

6.6 Botão de comando mais alto do painel na altura adequada (1,35m em relação ao piso);

6.7 Comandos de emergência agrupados na parte inferior da botoeira da cabina

6.8 Indicador (interno) de posição da cabina, com altura mínima de 1,6cm, localizado na botoeira ou sobre a abertura da porta

6.9 Anúncio verbal automático de parada do elevador

6.10 Existência de meio de comunicação de duas vias instalado dentro e fora do elevador, localizado a uma altura entre 89cm e 1,35m em relação ao piso

6.10 Existência de algum tipo de tecnologia assistiva para a comunicação do surdo ou do mudo no elevador

6.11 Existência de corrimãos (barras) afixados nas laterais e no fundo da cabina em dimensões adequadas (a uma altura entre 89 cm e 90 cm em relação ao piso, com seção de 3,8cm a 4,2cm)

6. 12 Espaço livre adequado entre o painel da cabina e o corrimão (entre 3,8cm a 4,2cm);

6.13 Piso da cabina com revestimento duro e antiderrapante;

6.14 Existência de iluminação de emergência no elevador;

6.15 Aplicação do símbolo internacional de acesso

6.4.2 Meta 2. Identificação de dificuldades e proposição de modificações em portões de recepção e mobiliário de espera

6.4.2.1 Portões de recepção e mobiliário de espera

A Comissão de Acessibilidade da FAMAZ verificou que os balcões de atendimento estão localizados em rotas acessíveis e que os portões de acesso, recepção e espera da FAMAZ dispõem da existência de catracas eletrônicas de controle aos ambientes, contudo, desde a implantação destas foi garantido o acesso alternativo a cadeirantes, idosos ou pessoas com mobilidade reduzida. A análise desses espaços nos permitiu identificar que os balcões de atendimento não permitem aproximação frontal de pessoas que fazem uso de cadeiras de rodas visto que não atendem as determinações legais (altura máxima de 90cm em relação ao piso, altura livre de 73cm sob o balcão e profundidade livre inferior de 30cm).

Portões de recepção e espera

Riscos e dificuldades:

Os portões de espera não permitem a identificação do local do balcão para pessoas com restrição visual e a ausência de terminal de computador dificulta a comunicação do surdo e/ou mudo com os funcionários não habilitados em libras.

Modificações sugeridas:

1. Implantação de campainha ou outro meio (visor) para solicitar abertura da porta.
2. Implantação de identificação visual ou placa desde a porta de acesso ao edifício sobre o balcão de atendimento/recepção.
3. Implantação de sinalização visual e tátil (diagramas, mapas, quadros) que possibilitem ao usuário localizar-se, identificar o local das diferentes atividades e definir rotas para o uso do edifício de forma independente.
4. Implantação de equipamento de tecnologia assistiva (terminal de computador) que permita a comunicação do surdo e/ou mudo com os funcionários.

Outro fator verificado pela Comissão de Acessibilidade foi o mobiliário para espera existente nas portarias e espaços de convivência da FAMAZ

quando foram identificados os seguintes riscos e dificuldades e sugeridas as seguintes modificações, listadas abaixo:

Mobiliário de espera

Riscos e dificuldades:

1. Os mobiliários existentes estão localizados dentro da faixa livre de circulação e, portanto, constitui obstáculo à circulação e localização de pessoas com restrição visual.
2. Inexistência de espaço reservado aos cadeirantes junto ao mobiliário de espera nas dimensões adequadas (80cm por 1,20m)
3. Inexistência de assento exclusivo destinado aos obesos, pessoas com mobilidade reduzida e acompanhantes das pessoas com cadeira de rodas, mobilidade reduzida e obesos ao lado dos espaços reservados que garantam conforto, segurança, boa visibilidade e acústica e iguais condições de atendimento aos serviços dos demais assentos

Modificações sugeridas:

1. Implantação de sinalização tátil no piso indicando a presença de mobiliário de espera
2. Implantação, fora da área de circulação, de espaço reservado aos cadeirantes junto ao mobiliário de espera nas dimensões adequadas (80cm por 1,20m) e devidamente sinalizados.
3. Implantação, fora da área de circulação, de assento exclusivo destinado a obesos nas dimensões adequadas (largura equivalente a de dois assentos adotados no local e espaço livre frontal de no mínimo 60cm, suportando carga de até 250Kg) e devidamente sinalizados.
3. Implantação de assento destinado a pessoa com mobilidade reduzida nas dimensões adequadas (espaço livre frontal de, no mínimo, 60cm e braço removível) e devidamente sinalizados.
4. Implantação de assento destinado aos acompanhantes das pessoas com cadeira de rodas, mobilidade reduzida e obesos ao lado dos espaços reservados.

6.4.3 Meta 3. (Re)adequação do espaço físico da Biblioteca para a acessibilidade

A biblioteca da FAMAZ é dividida em vários ambientes: Locais para estudo: mesas redondas com várias cadeiras, cabines de estudo individual e espaços reservados para estudo em grupo; Estantes para livros; Balcão de informações e empréstimos e cabines com computadores para acesso à internet.

Os problemas mais comuns relacionados à acessibilidade verificados pela comissão foram:

Biblioteca

Dificuldades:

1. Existência de obstáculos (como pés, gaveteiros, entre outros) em mesas e/ou cabines com computadores;
2. Mesas, balcões de empréstimo e cabines com altura inadequada, que impedem a aproximação de pessoas em cadeira de rodas.
3. Corredores entre estantes de livros muito estreitos para a passagem de cadeira de rodas.
4. Balcão de empréstimo muito alto para o uso de crianças menores e pessoas em cadeira de rodas (Foto4).
5. Inexistência de computador com leitores de tela para alunos com deficiência visual.
6. Ausência de sinalização tátil no chão.



Figura 16. Disposição do balcão de atendimento da Biblioteca, existente no Bloco I da FAMAZ. Fonte: ASCOM/FAMAZ, 2013.



Figura 17. Disposição das mesas com computadores da Biblioteca, existente no Bloco I da FAMAZ. Fonte: ASCOM/FAMAZ, 2013.

Biblioteca

Modificações sugeridas:

1. Implantação de campanha ou outro meio (visor) para solicitar atendimento.
2. Implantação de piso tátil de alerta junto aos balcões e da porta em direção à mesa adaptada e desta ao balcão de atendimento.
3. Rebaixamento e adaptação dos balcões.
4. Adaptação de ao menos, uma mesa de estudo coletivo, duas cabines de estudo individual e uma cabine de estudo coletivo.
5. Realocação de prateleiras de livros que permita a passagem de cadeira de rodas.
6. Aquisição de um computador com leitores de tela para alunos com deficiência visual.
7. Implantação de sinalização tátil.

6.4.4 Meta 4. (Re)adequação do espaço físico dos laboratórios para a acessibilidade

Os laboratórios específicos e de informática existentes na FAMAZ também foram alvo de análise pela Comissão de Acessibilidade nos quais foram verificadas as seguintes incongruências quanto à acessibilidade:

Laboratórios

Dificuldades:

1. Mesas, balcões e pias com obstáculos, como pés e gaveteiros, que impedem a aproximação de pessoas em cadeira de rodas.
2. Mesas, balcões e pias com altura inadequada – muito baixa ou muito alta – dificultam o uso por pessoas de diferentes estaturas.
3. Prateleiras muito altas não permitem que pessoas em cadeira de rodas ou crianças menores alcancem objetos, instrumentos, tintas e potes.
4. Não existe computador com programa acessível a pessoas com deficiência visual.
5. Quadro-branco muito alto para o alcance de pessoas de baixa estatura ou em cadeira de rodas.
6. Espaço inadequado entre as cabines dos laboratórios de informática, o que impossibilita a passagem de cadeira de rodas.
8. Acessórios da pia, como toalheiro, cesto de lixo e saboneteira, instalados em altura que os impede de serem alcançados por pessoas de baixa estatura e em cadeira de rodas.
9. Torneiras difíceis de manusear por pessoas com mobilidade reduzida nas mãos.
10. O monitor de TV também deve ser maior para adequar imagens para pessoas com baixa visão.



Figura 18. Laboratório de Saúde II, com localização no Bloco I da FAMAZ.

Fonte: ASCOM/FAMAZ, 2013.



Figura 19. Laboratório de Saúde III com localização no Bloco I da FAMAZ.

Fonte: ASCOM/FAMAZ, 2013.



Figura 20. Laboratório de Saúde V com localização no Bloco I da FAMAZ.

Fonte: ASCOM/FAMAZ, 2013.



Figura 21. Laboratório de Semiologia, com localização no Bloco I da FAMAZ.

Fonte: ASCOM/FAMAZ, 2013.

(Plano aprovado e homologado pelo Conselho Superior da Faculdade Metropolitana da Amazônia, em reunião ocorrida em 16 de abril de 2014)



Figura 22. Laboratório de Semiologia II com localização no Bloco I da FAMAZ.
Fonte: ASCOM/FAMAZ, 2013.



Figura 23. Laboratório de Anatomia, com localização no Bloco II da FAMAZ.
Fonte: ASCOM/FAMAZ, 2013.

Laboratórios

Modificações sugeridas: minimização da altura de um balcão para cadeirantes e pessoas com baixa estatura. Aumento da tela da TV para facilitar as imagens para pessoas com baixa visão, ou com diminuição da acuidade visual.

1. Retirada de obstáculos (pés, gaveteiros entre outros) em mesas, balcões e pias.

2. Readequação da altura de mesas, balcões, pias e prateleiras.
3. Aquisição de computador com programa acessível a pessoas com deficiência visual.
4. Rebaixamento do quadro-branco ou partedele.
5. Aumento do espaço entre as fileiras de cabines (corredores) dos laboratórios de informática.
8. Rebaixamento da altura dos acessórios existentes nos laboratórios.
9. Troca das torneiras dos laboratórios.
10. Aquisição de um monitor de TV com mais polegadas e troca do suporte de sustentação para permitir diferentes angulações da imagem.

6.4.5 Meta 5. (Re)adequação do espaço físico das salas de aulas para a acessibilidade

As salas de aula da FAMAZ possuem carteiras dispostas em fileiras, quadro-branco, mesa para o professor e janelas em uma de suas paredes.

As principais dificuldades quanto à acessibilidade encontradas pela Comissão foram:

Salas de aula

Dificuldades

Carteiras com dimensões que não permitem a aproximação de cadeira de rodas (Foto 2).

Carteiras inadequadas para pessoas obesas ou com estatura diferente do grupo de alunos da sala.

Corredor muito estreito entre as carteiras para a passagem de cadeira de rodas.

Quadro-branco muito alto para ser alcançado por pessoas de baixa estatura ou em cadeira de rodas (Foto 4).

Espaço muito estreito entre o quadro-branco e as carteiras para a circulação e manobra de cadeira de rodas.



Figura24. Disposição das salas de aulas no Bloco da FAMAZ. Fonte: ASCOM/FAMAZ, 2013.

Salas de aulas

Modificações sugeridas:

1. Adequação de parte das carteiras das salas, em termos de largura, altura e formato, para permitir a aproximação e uso dos alunos em cadeira derodas.
2. Adequação de parte das carteiras das salas, em termos de largura, altura e formato, para adaptação aos diferentes tamanhos dos alunos – estatura e obesidade e uso da mão esquerda (canhotos).
3. Aumento do espaço dos corredores entre as fileiras de carteiras e das primeiras carteiras e o quadro-branco.
4. Rebaixamento do quadro-branco ou parte dele para permitir o alcance por pessoas de baixa estatura ou em cadeira derodas.
5. Adaptação das mesas de professores para a aproximação e uso de pessoas em cadeira derodas.
6. Posicionamento da mesa no corredor mais largo para permitir sua localização e acesso em qualquer local na fileira adaptada.
7. Readequação da altura do quadro-negro ou parte dele e do quadro de avisos para o alcance tátil e visual de pessoas de baixa estatura ou em cadeira de rodas.

6.4.6 Meta 6. (Re)adequação do espaço físico dos banheiros para a acessibilidade

Os banheiros existentes na FAMAZ são de acesso restrito por sexo e compartilham ambientes de acessibilidade, exclusivo para pessoa com deficiência.

Banheiros

Dificuldades:

1. No bloco III os sanitários prevêm a acessibilidade, contudo estão localizados em pavimento onde não é possível chegar com cadeira de rodas pela ausência de elevadores, escadas rolantes ou outro mecanismo de elevação horizontal.
2. Inexistem lavatórios em altura adequada para crianças de baixa estatura ou em cadeira de rodas, sobretudo, nos banheiros adaptados.
3. Os vasos sanitários, mictórios, descargas e acessórios (papeleiras, saboneteiras, entre outros) da área restrita aos portadores de deficiência encontram-se implantados em alturas inadequadas.
4. As torneiras são difíceis de alcançar ou manusear.
5. As barras de apoio mal localizadas não auxiliam a transferência de uma pessoa em cadeira de rodas para o vaso sanitário.
6. As portas dos boxes acessíveis não possuem puxadores que facilitem seu fechamento ou manuseio por pessoas com mobilidade reduzida nas mãos.
7. Em alguns casos existe desnível acentuado (e sem rampa) na entrada do banheiro.



Figura 25. Banheiros disponíveis à comunidade FAMAZ. Fonte: ASCOM/FAMAZ,2013.



Figura 26. Disposição dos mictórios masculinos. Fonte: ASCOM/FAMAZ, 2013.



Figura 27. Disposição das pias. Fonte: ASCOM/FAMAZ, 2013.



Figura 28. Porta de acesso a área do banheiro reservada para utilização de pessoas portadoras de necessidades especiais. Fonte: ASCOM/FAMAZ, 2013.



Figura 29. Banheiro disponível à pessoas com deficiência. Fonte: ASCOM/FAMAZ,2013.



Figura 30. Lavatório instalado para atender a pessoa portadora de necessidade especial, junto ao banheiro com a mesma finalidade. Fonte: ASCOM/FAMAZ,2013.

6.4.6.1 Outras dificuldades verificadas nos banheiros



Figura 31. Porta de acesso ao banheiro para pessoas especiais na sala dos professores. Nota-se que a porta não obedece, os padrões para acessibilidade. Fonte: ASCOM/FAMAZ, 2013.



Figura 32. Banheiro da sala dos professores. Note o espaço inadequado para pessoas com necessidades especiais. Fonte: ASCOM/FAMAZ, 2013.

Riscos e dificuldades: impossível entrada de cadeirantes. Não há adaptação para pessoas especiais neste banheiro, apesar da indicação na porta.

Modificações sugeridas: retirada da sinalização para pessoas especiais e construção de um banheiro que respeite a questão da acessibilidade na sala dos professores.



Figura 33. Pequeno degrau entre o corredor e o acesso ao banheiro. Nota-se a falta de sinalização. Fonte: ASCOM/FAMAZ, 2013.

Riscos e dificuldades: quedas para deficientes visuais, idosos e pessoas com comprometimentos neuromotores, mobilidade dificultada para o cadeirante

Modificações sugeridas: colocação de sinalização (ver item 5.4.4.2 ABNT NBR 9050). Desníveis de até 1,5 cm são tolerados e devem ser sinalizados (ver item 5.4.4.2 ABNT NBR9050).

6.4.7 Meta 6. (Re)adequação do espaço físico do auditório para a acessibilidade

A FAMAZ possui auditório para palestras, atividades coletivas ou até mesmo para eventos da comunidade. O auditório possui piso levemente inclinado.

Dificuldades:

1. Inexiste porta de emergência no auditório, o que existe é uma porta anexa em dimensões inadequadas para ser considerada uma saída emergencial.
2. Não há espaço suficiente, nos corredores de acesso aos assentos, para a circulação de uma cadeira de rodas.
3. Não há espaço destinado para cadeira de rodas junto aos outros assentos, e isso faz com que permaneça isolada no meio da circulação.

3. Não há locais destinados ao cadeirante e assentos preferenciais para obesos e pessoas com mobilidade reduzida.
4. Não há faixa em cor contrastante nas bordas do palco.
5. Localização e dimensão das portas dificultam o acesso e criam situações de risco (Fotos 2 e 5).

Modificações sugeridas:

1. Implantação de um espaço reservado e integrado aos demais assentos, destinado à pessoa em cadeira de rodas.
2. Implantação de, pelo menos, um assento mais largo para que um obeso possa usá-lo.
3. Implantação de, pelo menos, um assento com mesa ou braço articulado que possa ser usado por uma pessoa com mobilidade reduzida.
4. Implantação dos assentos preferenciais localizados próximos aos corredores de acesso e em local de piso horizontal.
5. Implantação de contorno com faixa em cor e textura contrastantes na rampa central de acesso aos assentos.
6. Implantação de local destinado à/ao intérprete de Libras bem visível e iluminado.

Ainda sobre as condições de acessibilidade do auditório institucional verifica-se na Figura 38^a, da entrada do auditório do Bloco I (1º pavimento), que há um desnível ao se adentrar no recinto. Lembrando que a norma permite que haja tal desnível, contudo, a mesma aconselha que o ideal é a inexistência deles.

A Figura 38b mostra que para compensar a existência do desnível do auditório, pôs-se uma placa indicando a mudança de nível. Porém, esta placa está com sua coloração gasta, ou seja, a cor da placa está se perdendo com o tempo devido à abrasão contínua da sola dos pés dos transeuntes.



(a)

(b)

Figura 38. Auditório do Bloco I – (a) Vista frontal. (b) Placa danificada. Fonte: ASCOM/FAMAZ, 2013.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

BRASIL. Ministério da Educação. *Inclusão - Revista da Educação Especial*. Vol. 4, nº. 1. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. Conferência Nacional de Educação Básica: Documento Final. Brasília,

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais - orientações gerais e marcos legais*. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. *Decreto Legislativo nº 186, 09 de julho de 2008*. Diário Oficial da União, Brasília, 2008.

BRASIL. *Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - ONU*. Diário Oficial da União, Brasília, 2009. BRASIL. Ministério da Educação/CNE. Resolução 4/2009.

ANEXOS



FACULDADE METROPOLITANA DA AMAZÔNIA
(FAMAZ)

Credenciada pela Portaria MEC Nº 807, de
17/08/2007

QUESTIONÁRIO SÓCIO

ECONOMICO ENSINO SUPERIOR

2014/1



Data de Preenchimento ___/___/___

Nome:

Idade:

Curso:

Telefone(s):

Turno: () Manhã () Tarde () Noite

Leia e responda as seguintes questões:

1. Você se considera pertencente ao sexo:

a) () Masculino.

b) () Feminino

2. Como você reconhece a sua cor ou raça?

a) Branca.

b) Preta.

c) Amarela.

d) Parda.

e) Indígena.

3. Estado Civil:

a) () Solteiro(a).

b) () Divorciado(a).

c) () Viúvo(a).

d) () Casado(a).

e) () Separado(a).

4. Você pertence a que grupo religioso?

a) () Igreja Católica

b) () Igreja Evangélica: Denominação: _____

c) () Umbanda.

d) () Candomblé.

e) () Messiânica.

f) () Budista.

g) () Seicho-No-ie

h) () Outra religião: _____

5. Você tem filhos?

a) () Não.

b) () Sim. Quantidade: _____

6. Meio de Transporte utilizado para vir a FAMAZ?

a) () Apé.

b) () carro ou moto.

c) () ônibus.

d) () bicicleta.

7. Local da sua residência:

a) () Belém

b) () Outro Município. Qual? _____

8. Atualmente, você reside:

- a) com os pais.
- b) com parentes.
- c) com amigos.
- d) casa do estudante.
- e) sozinho(a).

9. Sua residência é:

- a) Própria.
- b) Alugada.
- c) Outros: _____

10. Qual é o nível de instrução de seu pai?

- a) Nenhum ano de estudo.
- b) Ensino Fundamental incompleto.
- c) Ensino Fundamental completo.
- d) Ensino Médio incompleto.
- e) Ensino Médio completo.
- f) Ensino Superior.
- g) Pós-graduação
- h) Não sei.

11. Qual é o nível de instrução da sua mãe?

- a) Nenhum ano de estudo.
- b) Ensino Fundamental incompleto.
- c) Ensino Fundamental completo.
- d) Ensino Médio incompleto.

- e) () Ensino Médio completo.
- f) () Ensino Superior.
- g) () Pós-graduação
- h) () Não sei.

12. Qual a renda mensal do seu grupo familiar?(soma do rendimento de todos que contribuem com a renda)

- a) () Menos de 1 SalárioMínimo.
- b) () De 01 a 03 Sal. Mínimos.
- c) () De 03 a 06 Sal. Mínimos.
- d) () De 06 a 10 Sal. Mínimos.
- e) () Mais de 10 Sal. Mínimos.

13. Total de pessoas que residem em sua casa que dependem da renda (incluindo você e o provedor da renda)

- a) () 01 a 02 pessoas.
- b) () 03 a 05 pessoas.
- c) () 05 a 08 pessoas.
- d) () 08 a 10 pessoas.
- e) () Acima de 10 pessoas.

14. Quantas pessoas contribuem com a renda familiar?

- a) () 01 a 02 pessoas.
- b) () 03 a 05 pessoas.
- c) () Mais de 05 pessoas.

15. Qual sua participação na vida econômica do seu grupo familiar?

- a) () Não trabalha e é sustentado pela família ou por outras pessoas.

- b) () Trabalha, mas recebe ajuda financeira da família ou de outras pessoas.
- c) () Trabalha e é responsável pelo sustento, além de contribuir parcialmente para o sustento da família.
- d) () Trabalha e é responsável apenas pelo seu próprio sustento.
- e) () Trabalha e é o principal responsável pelo sustento da família.

16. Você frequentou “cursinho”?

- a) () Não
- b) () Sim, por um semestre
- c) () Sim, por um ano
- d) () Sim, por mais de um ano

17. Como você ficou sabendo do Vestibular da FAMAZ?

- a) () pela televisão
- b) () pelo rádio
- c) () por meio de professores e funcionários da escola onde estuda ou estudou
- d) () pelos jornais
- e) () pela internet
- f) () por meio de alunos, professores e funcionários da FAMAZ

18. Por que você escolheu a FAMAZ para cursar o Ensino Superior?

- a) () É muito bem conceituada na cidade
- b) () Indicação de amigos
- c) () fiquei sem opção

19. Fator principal para sua escolha decurso:

- a) () Mercado de trabalho
- b) () Prestígio social da profissão

- c) () Adequação às aptidões pessoais
- d) () Baixa concorrência pelas vagas
- e) () Amplas possibilidades salariais

20. O que você espera do curso para o qual foi aprovado?

- a) () Adquirir conhecimentos que ampliem sua visão de mundo.
- b) () Formação profissional voltada para o mercado de trabalho.
- c) () Qualificar e atualizar a atividade prática que está desempenhando no mercado de trabalho.
- d) () Obter conhecimentos que permitam melhorar seu nível sócio econômico.

21. Sua escola de origem é da rede:

- a) () Particular.
- b) () Pública.
- c) () Filantrópica.

22. Qual sua formação em nível médio?

- a) () Profissionalizante. Qual? _____
- b) () Não profissionalizante.
- c) () Supletivo.
- d) () outro: _____

23. Há quanto tempo você concluiu o ensino médio?

- a) () Há menos de um ano
- b) () Entre um e três anos
- c) () Entre três e cinco anos
- d) () Há mais de cinco anos

24. Você concluiu algum curso de nível superior?

a) Não

b) Sim Qual? _____

25. Para você o que significa estudar?

a) Adquirir conhecimento

b) Uma forma de crescimento pessoal

c) Uma obrigação

26. Você costuma ter horário para estudar:

a) Todos os dias

b) Em dias alternados

c) Só antes da prova

d) Não tem horário

27. Você prefere estudar:

a) Sozinho(a)

b) Em grupo

28. Você lê frequentemente: (marque mais de uma alternativa, se necessário)

a) Livros

b) Revistas

c) Jornais

d) Raramente lê

e) Outros

30. Você lê jornal?

- a) () Não
- b) () Sim, ocasionalmente
- c) () Sim, todos os domingos
- d) () Sim, diariamente

32. Que seção do jornal você prefere?

- a) () Política
- b) () Economia
- c) () Esportes
- d) () Cultura
- e) () Notícias Internacionais
- f) () Notícias Locais
- g) () Quadrinhos
- h) () Ciência
- i) () Informática
- j) () Outros Assuntos

33. Qual é o meio de comunicação que você mais utiliza para se manter informado? (marque mais de uma alternativa, se necessário).

- a) () Jornal escrito e/ou revistas.
- b) () JornalTV.
- c) () Jornal Rádio.
- d) () Internet.
- e) () Outros.

34. Quantos livros, em média, você lê por ano?

- a) () Nenhum
- b) () 1 a 2

- c) 3 a 5
- d) 6 a 10
- e) 11 ou mais

35. Você domina uma língua estrangeira?

- a) Sim, fluentemente
- b) Sim, razoavelmente
- c) Não, mas gostaria de aprender
- d) Não e não sinto necessidade de aprender

36. Você frequenta cursos extracurriculares? (Marque o que ocupa o maior número de horas)

- a) Não
- b) Sim, Línguas Estrangeiras
- c) Sim, Ginástica/Balé/Esportes
- d) Sim, Música/Artes
- e) Sim, outros

37. Você tem acesso ao computador?(marque a mais aplicável)

- a) Sim, para lazer e trabalhos acadêmicos.
- b) Sim, para trabalhos profissionais.
- c) Sim, para outros fins.
- d) Não

38. Você tem acesso à Internet? (marque mais de uma alternativa, se necessário):

- a) Não
- b) Sim, em casa
- c) Sim, no trabalho

- d) () Sim, em uma LAN house
- e) () Sim, pelo celular
- f) () Sim, outros:especificar _____

39. Você possui alguma deficiência?

- a) () Sim.
- b) () Não.

39.1. Em caso afirmativo, indique o tipo:

- a) ()Deficiência Física.
- b) ()Deficiência visual.
- c) () Dificuldade de aprendizagem
especificar _____
- d) () Deficiência auditiva.
- e) ()outro:
especificar _____

39.2. Em caso afirmativo das questões 39 e 39.1, você precisa de algum tipo de atendimento específico?

Qual: _____

40. Quando você adoecer recorre a quais serviços de saúde?

- a) () Hospital Público/SUS
- b) () Planos de saúde particular
- c) () Serviços médico do sindicato
- d) () Serviços medico particular
- e) ()Outros: _____

Agradecemos a sua contribuição!

Estas informações são importantes para a FAMAZ melhor atendê-lo.



FACULDADE METROPOLITANA DA AMAZÔNIA
(FAMAZ)

Credenciada pela Portaria MEC Nº 807, de
17/08/2007

QUESTIONÁRIO

ENSINO SUPERIOR 2014/1



Data de preenchimento ____/____/____

Nome:

Idade:

Curso:

Telefone(s):

Turno: () Manhã () Tarde () Noite

1) Como você caracteriza o uso de recursos audiovisuais e tecnológicos no seu curso?

- a) Não existe.
- b) Insuficiente.
- c) Suficiente.
- d) Muito bom.
- e) Excelente.

2) Com que frequência você normalmente utiliza a biblioteca de sua instituição?

- a) Diariamente
- b) Uma vez por semana
- c) Somente na época de provas e/ou trabalhos
- d) Nunca utilizou

3) Dentre as vezes que precisou usar o acervo da biblioteca, você conseguiu?

- a) Sim, todas as vezes.
- b) Sim, a maior parte das vezes.
- c) Somente algumas vezes.
- d) Nunca.

4) Como você avalia o acervo da biblioteca, quanto à atualização, em face das necessidades curriculares do seu curso?

- a) É atualizado
- b) É parcialmente atualizado
- c) É desatualizado

5) Como você avalia o acervo de periódicos científicos/acadêmicos disponíveis na biblioteca quanto a atualização?

- a) É atualizado.
- b) É parcialmente atualizado.
- c) É desatualizado.
- d) Não existe acervo de periódicos especializados.

6) O horário de funcionamento da biblioteca atende às suas necessidades?

- a) Plenamente.
- b) Parcialmente.
- c) Raramente.
- d) Não atende.

7) As condições gerais de acessibilidade das instalações físicas de salas de aula, biblioteca, laboratórios, ambiente de trabalho e estudo para o funcionamento do curso, são adequadas?

- a) Não existe.
- b) Insuficiente.

- c) Suficiente.
- d) Muito bom.
- e) Excelente.

8) As condições gerais das instalações físicas de salas de aula, biblioteca e ambiente de trabalho e estudo para o funcionamento do curso são adequadas?

- a) Sim, todas.
- b) Sim a maior parte.
- c) Somente algumas.
- d) Nenhuma.

9) As salas de aula são adequadas à quantidade de estudantes?

- a) Não existe.
- b) Insuficiente.
- c) Suficiente.
- d) Muito bom.
- e) Excelente.

10) As instalações de laboratórios, os equipamentos, os materiais e os serviços de apoio específicos são adequados?

- a) Não existe.
- b) Insuficiente.
- c) Suficiente.
- d) Muito bom.
- e) Excelente.

11) Os ambientes para aulas práticas específicas do curso são adequados à quantidade de estudantes?

- a) Não existe.

- b) Insuficiente.
- c) Suficiente.
- d) Muito bom.
- e) Excelente.

12) Os equipamentos e/ou materiais disponíveis para aulas práticas são suficientes para o número de estudantes?

- a) Não existe.
- b) Insuficiente.
- c) Suficiente.
- d) Muito bom.
- e) Excelente.

13) Como você avalia o currículo do seu curso em relação à integração entre os conteúdos das diferentes disciplinas?

- a) É bem integrado.
- b) É relativamente integrado.
- c) É pouco integrado
- d) Não apresenta integração.

14) Seu curso oferece atividades complementares?

- a) Sim,regularmente.
- b) Sim, algumas vezes.
- c) Sim,raramente.
- d) Não oferece atividades complementares.

15) Você participou de programas de iniciação científica? Como foi a contribuição para a sua formação?

- a) Sim participei e teve grande contribuição.

- b) Sim participei e teve pouca contribuição.
- c) Não participei, mas a instituição oferece.
- d) A instituição não oferece esse tipo de programa.

16) Você participou de programas de monitoria? Como foi a contribuição para a sua formação?

- a) Sim, participei e teve grande contribuição.
- b) Sim, participei e teve pouca contribuição.
- c) Não participei, mas a instituição oferece.
- d) A instituição não oferece esse tipo de programa.

17) Você participou de programas de extensão? Como foi a contribuição para a sua formação?

- a) Sim, participei e teve grande contribuição.
- b) Sim, participei e teve pouca contribuição.
- c) Não participei, mas a instituição oferece.
- d) A instituição não oferece esse tipo de programa.

18) Como você avalia o nível de exigência do curso?

- a) Deveria exigir muito mais.
- b) Deveria exigir um pouco mais.
- c) Exige na medida certa.
- d) Deveria exigir menos.

19) Você considera que seu curso contribui para a aquisição de cultura geral?

- a) Contribui amplamente.
- b) Contribui parcialmente.
- c) Contribui muito pouco.

d) Não contribui.

20) Você considera que seu curso contribui para a aquisição de formação teórica na área?

a) Contribui amplamente.

b) Contribui parcialmente.

c) Contribui muito pouco.

d) Não contribui.

21) Você considera que seu curso contribui para a preparação para o exercício profissional?

a) Contribui amplamente.

b) Contribui parcialmente.

c) Contribui muito pouco.

d) Não contribui.

22) Como você avalia a contribuição do curso para a sua formação?

a) Excelente.

b) Muito boa.

c) Boa.

d) Regular.

e) Fraca.